Comissão da Alerj aprova lei orçamentária estadual de 2027

Projeto prevê déficit de R$ 13,98 bilhões, receita líquida de R$ 124,39 bilhões e medidas para reduzir o desequilíbrio fiscal em até R$ 7,5 bilhões

ALEX RAMOS



Proposta agora será discutida no plenário pelos deputados, em novembro

Da **Redação**

A Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou por unanimidade, nesta terça-feira (27), os pareceres prévios do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027 e da revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. A proposta orçamentária prevê receitas líquidas de R$ 124,39 bilhões e despesas de R$ 138,37 bilhões, resultando em um déficit estimado de R$ 13,98 bilhões.

Apresentado por representantes das secretarias estaduais de Fazenda e de Planejamento e Gestão, o projeto prevê uma redução de aproximadamente R$ 5 bilhões no déficit em relação ao orçamento aprovado para 2026. A receita líquida do Tesouro Estadual deverá crescer 17,5%, enquanto as despesas devem aumentar R$ 11,8 bilhões em comparação com o valor previsto para este ano.

O presidente da comissão, deputado Gustavo Tutuca (PP), afirmou que o texto ainda poderá ser aprimorado até dezembro, com a discussão de novas fontes de receita e medidas para ampliar a arrecadação e atrair investimentos.

Segundo o secretário estadual de Planejamento, Rafael Abreu, a arrecadação tributária deverá alcançar R$ 86,57 bilhões em 2027, alta de 7,7% em relação aos R$ 80,40 bilhões previstos para 2026. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) deverá responder por R$ 63,2 bilhões, crescimento de 10,3%.

MEDIDAS PARA REDUZIR O DÉFICIT

Durante a apresentação, Abreu detalhou três fontes de receitas condicionadas que poderão gerar até R$ 7,5 bilhões para os cofres estaduais. Entre elas estão R$ 6,34 bilhões em participações especiais dos campos de petróleo de Tupi e Cernambi, R$ 792,5 milhões provenientes da recuperação de créditos da dívida ativa do ICMS e R$ 362,1 milhões com a venda de imóveis públicos.

O secretário também informou que o governo negocia com a União o reperfilamento e o reescalonamento das dívidas bancárias do Estado. Segundo ele, a eventual redução desses encargos poderá diminuir as despesas em cerca de R$ 4 bilhões.

PROPAG PREVÊ R$ 2,28 BILHÕES EM INVESTIMENTOS

O orçamento de 2027 inclui R$ 2,28 bilhões em investimentos vinculados ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), ao qual o Rio de Janeiro aderiu em junho deste ano. Do total, R$ 1,3 bilhão deverá ser destinado à educação profissional e técnica, cumprindo a exigência de aplicação de 60% dos recursos nessa área.

Os demais investimentos contemplam setores considerados estratégicos, como transportes, saneamento, segurança pública, universidades estaduais, adaptação climática e habitação. Transportes deverá receber R$ 325 milhões, seguido de saneamento, com R$ 256,2 milhões, e segurança pública, com R$ 212,7 milhões. As universidades estaduais contarão com R$ 67,3 milhões, enquanto adaptação climática e habitação terão, respectivamente, R$ 66,9 milhões e R$ 52,4 milhões.

Durante a audiência, Abreu também chamou a atenção para os efeitos das mudanças na legislação federal sobre as receitas do petróleo. Segundo ele, embora a arrecadação de royalties esteja crescendo, o Estado perdeu proporcionalmente receitas de participações especiais porque os novos campos petrolíferos foram excluídos dessa compensação.

